

Ironia e o Jornalismo de Karl Marx e Friedrich Engels

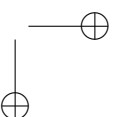
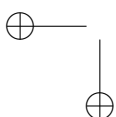
Rafael Duarte Oliveira Venâncio
Universidade de São Paulo (ECA-USP), Brasil

QUANDO trata sobre a facécia em sua *Arte Retórica*, Aristóteles lembra que, mesmo ela tendo algum cabimento nos debates tal como nos mostra Górgias, “a ironia quadra melhor ao homem livre do que a bufoneria, pois ironizamos para nos deliciarmos, ao passo que bufoneamos para deliciar os outros” (ARISTÓTELES, 2005, p. 219). Enquanto uma profunda análise aristotélica da facécia ficou perdida junto com a parte da *Arte Poética* relativa à comédia, podemos encontrar mais informações sobre a função retórica da ironia segundo o filósofo grego.

O exemplo da ironia para Aristóteles é a ironia socrática, coincidente com o próprio método socrático e, quando tomada em um sentido mais amplo, pode ser chamada de maiêutica. Sua estratégia discursiva consistia em propor questões simples ao interlocutor para provocar uma confusão, através de um resultado aporético, a fim de confundi-lo e de mostrar-lhe a fraqueza de sua posição. “Quando utilizada por Sócrates no contato com os seus discípulos, a ironia resultava no alargamento progressivo das consciências, atitude na qual percebemos certa dimensão ética, bem apontada, também, por Wladimir Jankelevitch, em estudos de retórica clássica” (BITTENCOURT, 2006, p. 90).

Atualmente, apesar de existir uma argumentação de que a ironia socrática está distanciada do que entendemos atualmente, ela pode ainda se encaixar na categoria, principalmente se fizermos a comum valoração entre “ironia elegante” e “ironia canhesta”. Um exemplo da “elegância” da ironia socrática pode ser encontrada em uma passagem da *Apologia de Sócrates* citada na *Arte Retórica* como exemplo do uso retórico da interrogação. Nessa passagem, Aristóteles afirma que:

pretendia Meleto que Sócrates não acreditava na existência dos deuses; Sócrates fez-lhe esta pergunta: “Será que creio na existência de um demônio?” O outro concordou. – “Os demônios não são filhos dos deuses ou algo de divino?” Meleto conveio nisso. – “Será pois possível que se acredite haver filhos de deuses e ao mesmo tempo não haver deuses?” (ARISTÓTELES, 2005, p. 218).



Aqui, o resultado da ironia não é uma agressão, nem uma construção de bufonaria ou de chiste. O que encontramos é uma aporia dentro do pensamento de Meleto que foi indicada pelas indagações irônicas de Sócrates. Dessa forma, a ironia, dentro de um discurso de persuasão, é uma figura de retórica que não ridiculariza o autor, mantendo um *ethos* de respeitabilidade daquele que busca convencer.

No entanto, a ironia, mesmo quando é considerada elegante, não é bem aceita em todos os terrenos de comunicação persuasiva. No jornalismo contemporâneo, por exemplo – que é considerado “uma fascinante batalha pela conquista das mentes e corações de seus alvos: leitores, telespectadores ou ouvintes” (ROSSI, 2005, p.7) – o uso da ironia é ainda um ponto controverso.

Por exemplo, o *Manual da Redação da Folha de S. Paulo* afirma para seus repórteres que,

Em texto jornalístico, dizer algo diferente do que de fato se pensa pode provocar confusão. Não abuse, portanto. Admite-se o recurso, em restrições, em textos assinados ou colunas de bastidores. Mesmo assim, requer cautela: nem sempre a ironia que parece óbvia ao autor é compreendida como tal pelo leitor e, em excesso, tende a irritá-lo (FOLHA DE S. PAULO, 2001, p.75).

A situação muda de figura quando o assunto são os jornais tablóides e mesmo revistas de certo renome. A revista *Veja*, considerada a maior de seu gênero no Brasil, utiliza frequentemente o recurso irônico na construção das pautas e na escrita das reportagens. Um exemplo de 2009 está na construção da pauta da notícia sobre o cancelamento pelo Papa Bento XVI da excomunhão dos bispos da Sociedade São Pio X.

Logo na linha fina, a revista declara:

“Em esforço para unificar os católicos, o papa perdoa bispos ultraconservadores. Seria um problema interno da Igreja, não fosse um deles abertamente antissemita” e conta os problemas da reinclusão do antissemita bispo Richard Williamson nos quadros da Igreja Católica Apostólica Romana (TEIXEIRA, 2009, p. 96).

Mesmo com um uso por uma boa parte das publicações jornalísticas, esses veículos midiáticos acabam se assentando no estigma de polemistas e levando seus críticos a dizerem que eles fazem parte de uma imprensa “menos séria” ou até mesmo sensacionalista.

No entanto, tal visão é fruto de um jornalismo contemporâneo, consolidado com o advento da objetividade e da imparcialidade como fatores regulamentadores da imprensa. É quando a imprensa resolve se separar do vínculo direto com os partidos políticos que a ironia se torna incompatível com o *ethos* pretendido por uma imprensa como *watchdog* (cão-de-guarda) vigilante do poder.

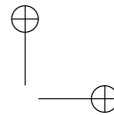
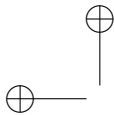
E no jornalismo anterior ao *watchdog*? Como a ironia era utilizada para fins noticiosos? Ora, tal como Ciro Marcondes Filho descreve, nessa época do jornalismo literário, os fins econômicos vão para segundo plano. Os jornais são escritos com fins pedagógicos e de formação política. É também característica do período a imprensa partidária, na qual os próprios jornalistas eram políticos e o jornal, seu porta-voz. Cada político razoavelmente destacado criava seu clube, cada dois criavam um jornal, escreve Otto Groth. Em Paris, somente entre fevereiro e março de 1789, surgiram 450 clubes e mais de 200 jornais (MARCONDES FILHO, 2002:12).

Nesse jornalismo, que encontra tanto seu apogeu como o seu declínio no século XIX, a ironia pode ser considerada tão legítima como uma forma persuasiva de transmitir as ideias que representam uma determinada corrente política. O referencial ético aqui é outro: enquanto na fase contemporânea do jornalismo ele está independente para construir sua própria deontologia, no século XIX, seus paradigmas são os mesmos que regem o debate político.

Dessa forma, podemos acreditar que determinada tendência ideológica que utiliza a ironia como forma argumentativa dentro de sua ação política na esfera pública, irá também utilizá-la na sua atividade jornalística, mesmo quando está noticiando simples fatos objetivos.

No presente artigo, iremos nos focar em duas figuras políticas célebres do século XIX, mas cuja atividade jornalística é deixada em segundo plano como mero adendo à atividade política. Estamos falando de Karl Marx e Friedrich Engels, pensadores socialistas que inaugurariam uma forte corrente política-filosófica que, próximo do século XX, levaria o nome do primeiro.

Karl Marx, assim que perdera a chance de virar professor universitário na Prússia graças à polêmica e consequente expulsão de Bruno Bauer de Bonn, começa a trabalhar no jornal diário *Rheinische Zeitung*, onde viraria editor. Nos tempos de pobreza em Londres, Marx também exerceu o jornalismo, tornando-se o correspondente na Europa do jornal norte-americano *New York Daily Tribune*.



Por sua vez, Friedrich Engels parecia mais disposto ao jornalismo que o próprio Marx. Desde jovem, foi colaborador de uma série de jornais europeus da esquerda como forma de ligação entre os diversos movimentos revolucionários presentes no continente. O próprio Engels foi *ghost writer* de uma série de artigos e notícias jornalísticas que levaram o nome de Marx, sendo a coletânea *Revolução e Contrarrevolução na Alemanha* o mais célebre desses casos.

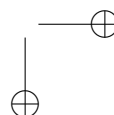
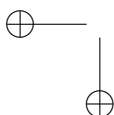
Ironia nos trabalhos filosóficos de Marx e Engels

Além de escritores profícuos, Marx e Engels também eram conhecidos por escreverem com uma ironia fina e de crucial sentido dentro de seus textos filosóficos. Logo em seu primeiro livro juntos, *A Sagrada Família* (1844), Marx e Engels mostraram como a ironia poderia ajudá-los em suas constatações.

Nesse livro, a “crítica aos irmãos Bruno e Edgar Bauer – e à filosofia dos jovens hegelianos nos anos 40 do século XIX – tem um tom deliciosamente irônico, perceptível já no título, que parodia uma imagem bíblica universalmente conhecida: a da ‘sagrada família’” (*apud* MARX & ENGELS, 2003). Só que a ironia aqui não está calcada apenas em uma brincadeira acerca do vínculo familiar dos Bauer através desse título sugerido pelo editor Lowenthal.

Os irmãos Bauer, especialmente Bruno, faziam parte de um grupo filosófico que se autodenominava “hipercríticos” ou “críticos críticos” e buscava uma crítica da sociedade através da crítica da religião instituída. No entanto, eles se “elevavam” acima da massa, que seria dominada pela religião, tal como os símbolos do catolicismo. Isso fica claro logo no primeiro parágrafo do primeiro capítulo d’ *A Sagrada Família*, escrito por Engels:

A Crítica crítica, por mais que se considere acima da massa, sente uma compaixão infinita pela mesma massa. Foi tão grande o amor da Crítica pela massa que ela enviou seu próprio filho unigênito a fim de que todos os que crerem nele se salvem e gozem as venturas da vida crítica. E eis que a Crítica se torna massa e habita entre nós, e nós vemos na sua magnificência a magnificência do filho unigênito do pai. Quer dizer, a Crítica torna-se socialista e fala de “escritos sobre o pauperismo”. Ela não vê um assalto no fato de querer ser igual a Deus, mas apenas renuncia a si mesma e assume a feição de mestre encadernador (MARX & ENGELS, 2003, p. 17).



Aqui a ironia de Engels não cutuca apenas a autoadmiração dos “críticos críticos”, mas faz direta referência ao Evangelho segundo João, objeto de estudo do primeiro livro de Bruno Bauer: *A Crítica do Evangelho segundo João* [*Kritik der evangelischen Geschichte des Johannes*]. O Quarto Evangelho, logo em seu primeiro capítulo afirma: “No princípio existia o Verbo, e o Verbo estava com Deus, e o Verbo era Deus. Ele estava no princípio com Deus. Todas as coisas foram feitas por ele; e sem ele nada foi feito. Nele estava a vida, e a vida era a luz dos homens, e a luz resplandece nas trevas, e as trevas não o receberam” (Jo 1, 1-5 *apud* BÍBLIA SAGRADA, 1989). Além disso, essa breve introdução afirma: “E o Verbo se fez carne, e habitou ente nós; e nós vimos a sua glória, glória como de Unigênito do Pai, cheio de graça e de verdade” (Jo 1, 14 *apud* BÍBLIA SAGRADA, 1989).

A ironia baseada em referências bíblicas contra Bauer não se resume apenas ao texto d’ *A Sagrada Família*. Escrito em 1845-46, mas publicado apenas em 1932 na União Soviética, *A Ideologia Alemã* estende o raciocínio filosófico irônico de Marx e Engels. No famoso capítulo intitulado “o Concílio de Leipzig” – cujo título em si, já é irônico pois liga um evento real da Igreja Católica (O Concílio de Leipzig em 26 de março de 1845) para fazer “uma analogia irônica a Bauer e Stirner, os ‘Padres da Igreja’, cujos escritos haviam sido publicados em Leipzig pelo editor Otto Wigand” (ENDERLE *apud* MARX & ENGELS, 2007, p.551) – Marx e Engels narram um encontro:

Eis aqui, primeiramente, *São Bruno*, que pode ser facilmente reconhecido por seu *cajado* (“torna-te natureza sensível, torna-te um *cajado*”, *Wigand*, p. 130). Ele traz em torno de sua cabeça a auréola da “crítica pura” e, desprezando o mundo, envolve-se no manto de sua “autoconsciência”. Ele “*esmagou* a religião na sua totalidade e o Estado em suas manifestações” (p.138), ao violentar o conceito de “substância” em nome da suprema autoconsciência. As ruínas da Igreja e os “fragmentos” do Estado jazem a seus pés, enquanto seu olhar fulmina “a massa” e a reduz a pó. Tal como Deus, ele não tem pai nem mãe, é “sua própria criatura, sua própria obra” (p. 136). Em uma palavra: é o “Napoleão” do espírito – no espírito de “Napoleão” (MARX & ENGELS, 2007, p. 97).

Os autores aqui vão, em um exercício de montagem, utilizando trechos do artigo de Bruno Bauer – intitulado *Caracterização de Ludwig Feuerbach* [*Charakteristik Ludwig Feuerbachs*] onde o autor também criticava *A Sagrada*

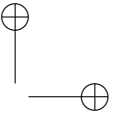
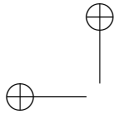
Família – para lhe dar um aspecto de padre ou santo da Igreja Católica. Também o ironizam ao afirmar que ele é o “Napoleão” do espírito no espírito de “Napoleão” fazendo clara referência à menção hegeliana de que Napoleão seria o “espírito universal a cavalo”. No entanto, para Marx e Engels, no “Concílio de Leipzig” havia mais um homem santo:

Defronte a ele encontra-se *São Max*, cujos merecimentos em favor do reino de Deus consistem no fato de que ele afirma ter comprovado e demonstrado sua identidade em cerca de 600 páginas impressas, de que ele não é este ou aquele, “fulano ou beltrano”, mas justamente São Max e ninguém mais. Tudo o que se pode dizer de sua glória e de suas demais insígnias é que são “seu objeto e, por isso, sua propriedade”, que são “únicos” e “imcomparáveis” e que não há “palavras para os definir” (p. 148). Ele é ao mesmo tempo a “fraseologia” e o “proprietário das fraseologias”, ao mesmo tempo Sancho Pança e Dom Quixote (MARX & ENGELS, 2007, p. 98).

Aqui, Marx e Engels utilizam a mesma tática, só que agora as referências são a obra célebre de Max Stirner, *O Único e sua Propriedade*, e o texto *Os Críticos de Stirner* [*Recensenten Stirners*] publicado no mesmo número da revista *Wigand's Vierteljahrsschrift* (n 3, 1845) tornando ela mesma o “Concílio de Leipzig”. O decorrer do texto do capítulo, Marx e Engels mostra que o principal acusado é Feuerbach, caracterizado como gnóstico. Outro Jovem Hegeliano que não escapou da ironia foi Arnold Ruge que aparece em uma trecho suprimido do manuscrito como “Dottore Graziano”, uma personagem clássica da *commedia dell'arte*, ou seja, do teatro popular improvisado desenvolvido na Itália do século XVI (MARX & ENGELS, 2007, p. 98).

Já na década de 1850, o alvo da ironia fina de Marx e Engels já não eram mais os Jovens Hegelianos, mas sim outros colegas, revolucionários na Primavera das Nações, a saber: Gottfried Kinkel, Karl Heinzen, Gustav Struve, Harro Harring, Arnold Ruge, entre outros. O livro, nunca publicado em vida por falta de editor, também possuía uma ironia no título: *Heróis do Exílio*, principalmente quando percebemos que o objeto principal do trabalho é a história de como esses revolucionários fugiram para longe das autoridades policiais e da Europa, desistindo assim do projeto revolucionário e colocando a última pá de cal no processo das Revoluções de 1848 (MARX & ENGELS, 1971). Segundo o tradutor da versão inglesa da obra,

Esse panfleto é uma das mais brilhantes conquistas satíricas de Marx. Sua excelência como satírico está no fato de que, ao contrário da maioria de



seus outros trabalhos que possuem elementos satíricos, o objetivo principal dessa obra é a sátira: uma polêmica no mundo dos imigrantes alemães com suas lutas venenosas mutuamente destrutivas, seus conflitos mimados de personalidade, intrigas complicadas, manobras políticas pretenciosas e compromissos sórdidos com a realidade de se viver no exílio com “fontes dúbias de renda” (LIVINGSTONE *apud* MARX & ENGELS, 1971, s/n – tradução minha).

Apesar da fama irônica cair em Marx, Engels era o escritor mais vivaz da dupla. Caricaturista nato – tal como se pode ver no seu famoso desenho de Max Stirner onde ressalta a testa do filósofo (“Max Stirner” era o pseudônimo de Kaspar Schmidt e podia ser traduzido como “Max Testudo”, em português) e nas diversas caricaturas que ilustram os manuscritos d’ *A Ideologia Alemã* – Engels também era conhecido por escrever poemas irônicos. Um deles era sobre o próprio Stirner, visto abaixo em tradução livre:

Olhe Stirner, olhe-o, o inimigo pacífico de toda restrição.

Por enquanto, ele ainda está bebendo cerveja,

Em breve ele irá beber sangue como se fosse água.

Quando os outros gritam brutalmente “abaixo os reis”

Stirner imediatamente completa “abaixo as leis também”.

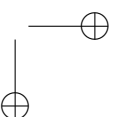
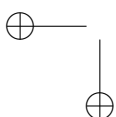
Stirner cheio de dignidade proclama;

Vocês torcem sua vontade de poder e vocês se desafiam ao se chamar de livres.

Vocês estão acostumados com a escravidão

Abaixo o dogmatismo, abaixo as leis (ENGELS *apud* AVRON, 1954, p. 14).

Só que a ironia de Karl Marx e Friedrich Engels, como já dissemos, não se limitava aos seus escritos político-filosóficos. Tal como veremos a seguir, na atividade jornalística deles, havia o uso da ironia como forma argumentativa, mesmo quando estão noticiando simples fatos objetivos dentro de um mero jornal diário.



Ironia Jornalística de Marx e Engels

Karl Marx e Friedrich Engels, ao longo das suas vidas, foram homens da palavra escrita, inclusive dentro de um âmbito da imprensa. No entanto, não eram todos os textos deles que obedeciam um propósito meramente filosófico. É na atividade jornalística que vemos uma aplicação prática da ironia enquanto crítica da realidade ou, até mesmo, como tática argumentativa para manter o jornal enquanto ator na esfera pública da época.

Um exemplo claro disso é encontrado no *Rheinische Zeitung* sob a editoria de Marx. No dia 15 de novembro de 1842, foi publicado uma Ordem do Gabinete Real da Prússia onde se recomendava que os jornais fossem mais vigiados para que, nas palavras reais,

o julgamento nobre, leal e admiravelmente franco, em qualquer lugar que for publicado, não deva ter sua liberdade de expressão reduzida e que a verdade deva sempre ser o menos restringida possível na esfera da discussão pública; e que o espírito que emprega as armas da mentira e da manipulação seja o mais severamente restringido para que a liberdade de expressão não seja traída em seus frutos e que suas bênçãos não sejam mal-utilizadas (*apud* MARX, 1998, p. 280 – tradução minha).

O comentário de Marx como editor contrário ao governo real se resumiu a afirmar que tal ordem pressupõe “certa *independência* da imprensa diária, que sem se libertar das tendências de enganar, mentir, entre outras, não irá se desenvolver e se estabilizar como imprensa, nem possuir um julgamento nobre, leal e admiravelmente franco”. E depois encerra afirmando que “a pressuposição real de certa independência da imprensa diária deve ser recebida pelos jornais prussianos como a *maior garantia de sua independência* e como uma *expressão única da vontade real*” (MARX, 1998, p. 280 – tradução minha).

Ora, tal como bem colocam os editores da versão em inglês das Obras Escolhidas de Marx e Engels, esse texto é mais um exemplo de uma tática argumentativa que estava disponível para os jornais democráticos contra o governo real. Assim,

essa nota reflete o desejo de Marx, enquanto editor do *Rheinische Zeitung*, em usar o vocabulário liberal da Ordem do Gabinete sobre a imprensa, no qual Frederick William IV frequentemente usa com foco demagógico, para prover barreiras judiciais contra a perseguição contra o jornal que estava

sendo preparada pela censura e para evitar a ação ameaçadora de parte de oficiais governamentais e da imprensa reacionária. Marx utilizou áticas semelhantes quando foi forçado a fazê-las devido à situação do momento (*apud* MARX & ENGELS, 1998, p. 750 – tradução minha)

Dessa forma, Marx ironizou a Ordem do Gabinete Real ao concordar com ela e ao subverter o “julgamento nobre, leal e admiravelmente franco” indicado pelo rei – ou seja, favorável ao Governo Real – para um “julgamento nobre, leal e admiravelmente franco” dos opositores democráticos pelo regime. Além disso, o uso de grifo (i.e. itálico) nas últimas palavras do texto – ou seja, *maior garantia de sua independência* e como uma *expressão única da vontade real* – também indica uma ironia com toques socráticos, consolidando uma aporia, já que o rei não pretendia dar maiores garantias à independência da imprensa prussiana.

Só que a ironia não se limitava às estratégias editoriais dos jornais que Marx e Engels participavam, algo que, no limite, poderia se equiparado a uma estratégia política, pois não era apenas o futuro do *Rheinische Zeitung* que estava em jogo, mas sim de toda uma corrente política democrática contrária ao poder real prussiano. Só que também encontramos notícias, de autoria de Marx e Engels, onde a ironia funcionava como ferramenta de descrição – e, no limite, de opinião e crítica, algo muito comum nas notícias de ontem, mas rechaçado atualmente – da realidade.

Um exemplo: no começo do revolucionário ano de 1848, Marx escreve uma notícia para o jornal belga *Deutsche-Brüsseler-Zeitung* e para o francês *La Réforme* sobre a situação da França – às portas da Revolução de Fevereiro que derrubaria o rei Louis-Philippe – em forma de poesia:

- O que o ministério faz? — Nada.
O que a oposição parlamentar e legal faz? – Nada.
O que a França espera da atual Câmara? – Nada.
O que o Sr. Guizot quer? — Continuar ministro.
O que os Srs. Thiers, Molé e companhia querem? — Tornarem-se ministros novamente.
O que a França ganha com esse “Saia para que eu possa entrar”
— Nada.

Ministério e oposição estão, então, condenados a fazer nada.

Quem irá sozinho completar a Revolução Francesa que está a caminho — O proletariado.

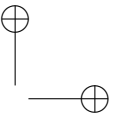
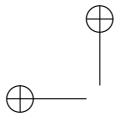
O que a burguesia fará para isso? — Nada (MARX, 1987, p. 468 – tradução minha).

Claro que lido atualmente, o texto perde um pouco de sua força contextual. No entanto, essa poesia, escrita em 16 de janeiro de 1848, possui uma fina ironia devido ao fato que ela descreve: a proibição de uma reunião pública (*banquet*) no *XII e Arrondissement* de Paris pelo primeiro-ministro real François Guizot dois dias antes. Tal proibição chocou tanto a opinião pública francesa que é considerada – mesmo no decorrer dos fatos – como o estopim revolucionário, onde o gabinete real não poderia fazer, tal como Marx afirma, “nada”.

Um pouco antes, em 30 de dezembro de 1847, Engels estava cobrindo, para o *La Réforme*, o início do novo Parlamento Inglês com a inédita presença de um representante da esquerda eleito: o líder cartista Feargus O’Connor. Nessa mesma notícia, ele registra e encampa o discurso do também cartista George Harney sobre a Petição Nacional que eles mandariam para votação no Parlamento via O’Connor. Harney, ao falar sobre o sistema político inglês, afirmou:

Claro que o respeito que tenho pela sagrada espécie da sabedoria dos nossos ancestrais — a Monarquia — me proíbe de falar em outros termos que não os mais leais sobre um reinado tão interessante quanto o da Rainha Victoria, que regularmente, uma vez ao ano, dá um discurso real e um bebê real. (Risos.) Nós acabamos de escutar o discurso e eu vejo o anúncio de que, em Março próximo, nós teremos o bebê. Sua mais graciosa Majestade expressa grande preocupação pelo sofrimento de seu povo, admira sua paciência e promete a eles — e quando o assunto é sobre bebês, ela nunca deixa essa promessa em vão. (Vários risos.) Assim, há o Príncipe Albert, um célebre chapeleiro, criador de porcos e distinto Marechal-de-campo, que por todos os seus serviços, recebe 30 mil libras ao ano. Não, cidadãos, a Monarquia não é uma fraude. (Risos e aplausos.) (ENGELS, 1987, p. 412 – tradução minha).

Ao dar espaço para a fala na íntegra de Harney e reforçar a ironia com as indicações de reação da platéia (i.e. “risos”), Engels transforma não só



sua notícia como irônica, mas a torna porta-voz dos cartistas. Podemos ver aqui, novamente, a união entre correntes políticas partidárias e jornalismo, criando uma deontologia em comum onde a ironia, não só é considerada legítima como uma forma persuasiva, mas também o jornalismo se legitima ao utilizá-lo, marcando o seu lugar como um ator político na esfera pública.

Ironia como crítica

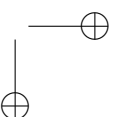
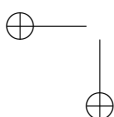
Tal como vimos, Karl Marx e Friedrich Engels utilizavam a ironia como estratégia retórica tanto em seus trabalhos filosóficos como em suas atividades jornalísticas. Isso, pensando na configuração da imprensa e da esfera pública da época, é algo encarado com naturalidade, já que não havia a atual dissociação entre a atividade política e a atividade de imprensa.

Só que a ironia dentro do escopo marxista não deve ser pensada meramente como uma ferramenta de persuasão via desmoralização da corrente oposta ou, até mesmo, via bufonaria. A ironia, dentro de Marx e Engels, pode ser considerada como uma importante ferramenta de crítica social. Um exemplo claro disso podemos encontrar no uso da expressão latina “*Hic Rhodus, hic salta!*” por Marx em seu *O 18 de Brumário de Louis Bonaparte*.

Originalmente, a expressão era “*Hic Rhodus, hic saltus!*” e aparecia na fábula *Viajante Fanfarrão* (também conhecida como *Atleta Fanfarrão* e *Fanfarrão*), de Esopo. Nela, um atleta que era muito criticado pelo seu desempenho físico viaja para Rodes e, no retorno, diz que fez o maior salto já visto e que tinha testemunhas lá para provar. Então, um de seus interlocutores fala para ele imaginar que estava em Rodes e fazer o salto, ou seja, ele disse: “*Hic Rhodus, hic saltus!*” para o atleta.

Baseado na ideia de “O que é racional é real e o que é real é racional” (HEGEL, 1976, p.13), Hegel, em seu *Princípios da Filosofia do Direito*, afirma que seu

tratado sobre a ciência do Estado nada mais quer representar senão uma tentativa de conceber o Estado como algo de racional em si. É um escrito filosófico e, portanto, nada lhe pode ser mais alheio do que a construção ideal de um Estado como deve ser. Se nele se contém uma lição, não se dirige ela ao Estado, mas antes ensina como é que o Estado, que é o universo moral, deve ser conhecido: *Hic Rhodus, hic saltus*. A missão da filosofia



está em conceber o que é, porque o que é, é a razão. No que se refere aos indivíduos, cada um é filho do seu tempo; assim também para a filosofia que, no pensamento, pensa o seu tempo. Tão grande loucura é imaginar que uma filosofia ultrapassará o mundo contemporâneo como acreditar que um indivíduo saltará para fora do seu tempo, transporá *Rhodus*. Se uma teoria ultrapassar estes limites, se construir um mundo tal como entenda dever ser, este mundo existe decerto, mas apenas na opinião que é um elemento inconsciente sempre pronto a adaptar-se a qualquer forma. Um pouco modificada, a fórmula expressiva seria está: *Aqui está a rosa, aqui vamos dançar* [*Hic Rhodon, hic salta*](HEGEL, 1976, p. 14).

Poucas frases após esse trecho, Hegel conclui que trata-se de “reconhecer a razão como a rosa na cruz do sofrimento presente” (HEGEL, 1976, p. 15). Assim, “o simbolismo da rosa e da cruz alude aos rosacruz. Hegel o aproveita para se referir ao problema da racionalidade do Estado moderno, que implica as injustiças e as contradições da sociedade civil” (DRI, 2006, p.216).

Assim, isso é uma ironia direta à Ordem Rosacruz, que clamava possuir um conhecimento esotérico com o qual eles mudariam a sociedade. Hegel faz entender, então, que o material da compreensão e da mudança da sociedade está na própria sociedade e não em algum teoria que está fora dela – ou seja, que “transporá *Rhodus*” – fazendo um trocadilho com o ditado grego original.

Por sua vez, Marx mistura os dois conceitos, criando o seu “*Hic Rhodus, hic salta*”. No livro, ele é utilizado para descrever o fracasso das diversas revoluções que ocorreram em 1848 na Europa, dando destaque para o caso francês:

por outro lado, as revoluções proletárias, como as do século XIX, se criticam constantemente a si próprias, interrompem continuamente seu curso, voltam ao que parecia resolvido para recomeçá-lo outra vez, escarnecem com impiedosa consciência as deficiências, fraquezas e misérias de seus primeiros esforços, parecem derrubar seu adversário apenas para que este possa retirar da terra novas forças e erguer-se novamente, agigantado, diante delas, recuam constantemente ante a magnitude infinita de seus próprios objetivos até que se cria uma situação que torna impossível qualquer retrocesso e na qual as próprias condições gritam: *Hic Rhodus, hic salta!* (MARX, 1984, s/n)

Se a revolução em si, tal a de 1848, chegou no seu *Hic Rhodus, hic salta* (que ficaria algo como “Aqui é Rodes, dance”) , Marx completa a ironia

ao afirmar logo após que “qualquer observador medianamente competente, mesmo que não tivesse seguido passo a passo a marcha dos acontecimentos na França, deve ter pressentido que a revolução estava fadada a um terrível fiasco” (MARX, 1984, s/n).

Dessa forma, resgata e resignifica uma ironia hegeliana para que, tal como o filósofo de Iena, utilize-a como peça principal da sua crítica da realidade social presente. No entanto, essa ironia mais fina utilizada por Marx e por Engels indica não só uma particularidade da dupla, mas sim a característica central de uma tendência política-filosófica de esquerda: a dos Jovens Hegelianos (ou Hegelianos de Esquerda). O primeiro texto que possui essas características e é considerado inaugural dos Jovens Hegelianos está na carta que Ludwig Feuerbach enviou a Hegel juntamente com sua tese de doutorado intitulada *De tatione, une, universali, infinita*.

O estilo da carta de Feuerbach antecede toda literatura produzida pelos Jovens Hegelianos. Sua indicação de um futuro ideal provocou um brilho estilístico que estava simplesmente ausente nos comentários fundamentados dos Velhos Hegelianos. Mas esse entusiasmo inspirado apocalipticamente, tal como foi ampliado pela literatura posterior, corria o risco de se transformar em propaganda barulhenta, perfeita para “manifestos, programas e teses” (STEPELEVICH, 1997, p.5 – tradução minha).

Claro que o período de Marx e Engels como jovens Jovens Hegelianos foi bastante curto e encerrado com a polêmica, já descrita aqui, dos livros *A Sagrada Família* e *A Ideologia Alemã*. No entanto, o estilo argumentativos deles foi influenciado pelos próprios embates entre eles e pelo próprio espírito da época, onde o polêmico – mesmo que fosse visto como um “entusiasmo inspirado apocalipticamente” – possuía legitimação suficiente para frequentar tanto rodas filosóficas como notícias de jornais.

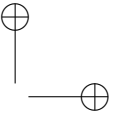
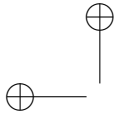
A ironia é apenas uma das diversas formas que os Jovens Hegelianos e, em especial, Marx e Engels, encontraram para fazer uma crítica de esquerda das concepções da realidade social na primeira metade do século XIX. Só que isso, ao longo da metade seguinte, começou a perder legitimidade na nascente “grande imprensa”, ou seja, os jornais vistos como produtos comerciais (i.e. jornais comerciais).

No entanto, isso não significa que o *watchdog* – o jornalismo vigilante do poder e de todas ideologias políticas – não deva utilizar premissas e elementos irônicos na construção de seu noticiário. Isso dependerá da imagem de

si que o veículo de imprensa busca transmitir para seu público-leitor. Também não devemos descartar o jornalismo político-literário do século XIX dos estudos atuais do jornalismo, pois ele representa uma época cuja deontologia lançava luz em mecanismos argumentativos e de legitimação que hoje estão obscurecidos. Uma compreensão atual do papel político dos jornais na esfera pública só pode ser pensada quando observamos o desenvolvimento histórico de tal atuação no debate da imprensa enquanto ator discursivo. É aqui que os irônicos e os watchdogs se encontram.

Referências Bibliográficas

- AAVV. *Sagrada*. São Paulo: Paulinas, 1989.
- ARISTÓTELES. *Arte Retórica e Arte Poética*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2005.
- AVRON, Henri. *Aux sources de l'existentialisme Max Stirner*. Paris: PUF, 1954.
- BITTENCOURT, Rita Lenira de F. "Poesia e Ironia: Aproximações". *Boletim de Pesquisa NELIC*. vol. 6, n 8/9, Florianópolis: NELIC-UFSC, 2006, p.87-94.
- DRI, Rúben R. "A filosofia do Estado ético: a concepção hegeliana do Estado". In: BORON, Atílio A (org.). *Filosofia política moderna: de Hobbes a Marx*. Buenos Aires/ São Paulo: Clacso/DCP-FFLCH-USP, 2006, p. 213-245.
- ENGELS, Friedrich. "Chartist Agitation". In: MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *Marx-Engels Collected Works*. vol. 6, London: Lawrence & Wishart, 1987, p.412.
- FOLHA DE S. PAULO. *Manual da Redação*. São Paulo: Publifolha, 2001.
- HEGEL, Georg W. F. *Princípios da Filosofia do Direito*. Lisboa: Martins Fontes, 1976.
- MARCONDES FILHO, Ciro. *Comunicação e jornalismo – a saga dos cães perdidos*. São Paulo: Hacker, 2002.



MARX, Karl. *O 18 de Brumário de Louis Bonaparte*. Lisboa: Avante, 1984.

MARX, Karl. “The Situation in France”. In: MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *Marx-Engels Collected Works*. vol. 6, London: Lawrence & Wishart, 1987, p.468.

MARX, Karl. “Cabinet Order on the Daily Press”. In: MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *Marx-Engels Collected Works*. vol. 1, London: Lawrence & Wishart, 1998, p.280.

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. “Heroes of the Exile”. In: MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *The Cologne Communist Trial*. London: Lawrence & Wishart, 1971.

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *Marx-Engels Collected Works*. vol. 1 London: Lawrence & Wishart, 1998.

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *A Sagrada Família*. São Paulo: Boitempo, 2003.

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007.

ROSSI, Clóvis. *O que é Jornalismo*. São Paulo: Brasiliense, 2005.

STEPELEVICH, Lawrence S (ed.). *The Young Hegelians: an anthology*. New York: Prometheus, 1997.

TEIXEIRA, Duda. “A volta dos excomungados”. *Veja*. edição n 2098. São Paulo: Abril, 04/02/2009, p. 96.

